



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

**CONCURSO PÚBLICO**

**NÍVEL SUPERIOR**

**Cargo:**

**DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**

Aplicação: 4/6/2006

**PROVA OBJETIVA**

**MANHÃ**

**Leia com atenção as instruções abaixo.**

- 1** Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém setenta questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 70.
- 2** Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3** Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada questão, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4** Não utilize borracha, lápis, lapiseira e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5** Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6** A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7** Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
- 8** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

**AGENDA**

- I** **4/6/2006**, após as 22 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006).
- II** **5 e 6/6/2006** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006) —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III** **5 e 6/6/2006** – Entrega da documentação para avaliação de títulos: locais e horários mencionados no Edital n.º 32/2006 – DP/AC, de 24/5/2006.
- IV** **23/6/2006** – Resultado final da prova objetiva e resultados provisórios da prova discursiva e da avaliação de títulos: Diário Oficial do Estado do Acre e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006).
- V** **24 e 25/6/2006** – Recursos (prova discursiva e avaliação de títulos): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006) —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- VI** **30/6/2006** – Resultados finais da prova discursiva, da avaliação de títulos e do concurso: locais mencionados no item IV.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 19/2006 – DP/AC, de 20/4/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpac2006).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**CESPEUnB**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

QUESTÃO	RESPOSTA								
1	(A) (B) (C) (D)	16	(A) (B) (C) (D)	31	(A) (B) (C) (D)	46	(A) (B) (C) (D)	61	(A) (B) (C) (D)
2	(A) (B) (C) (D)	17	(A) (B) (C) (D)	32	(A) (B) (C) (D)	47	(A) (B) (C) (D)	62	(A) (B) (C) (D)
3	(A) (B) (C) (D)	18	(A) (B) (C) (D)	33	(A) (B) (C) (D)	48	(A) (B) (C) (D)	63	(A) (B) (C) (D)
4	(A) (B) (C) (D)	19	(A) (B) (C) (D)	34	(A) (B) (C) (D)	49	(A) (B) (C) (D)	64	(A) (B) (C) (D)
5	(A) (B) (C) (D)	20	(A) (B) (C) (D)	35	(A) (B) (C) (D)	50	(A) (B) (C) (D)	65	(A) (B) (C) (D)
6	(A) (B) (C) (D)	21	(A) (B) (C) (D)	36	(A) (B) (C) (D)	51	(A) (B) (C) (D)	66	(A) (B) (C) (D)
7	(A) (B) (C) (D)	22	(A) (B) (C) (D)	37	(A) (B) (C) (D)	52	(A) (B) (C) (D)	67	(A) (B) (C) (D)
8	(A) (B) (C) (D)	23	(A) (B) (C) (D)	38	(A) (B) (C) (D)	53	(A) (B) (C) (D)	68	(A) (B) (C) (D)
9	(A) (B) (C) (D)	24	(A) (B) (C) (D)	39	(A) (B) (C) (D)	54	(A) (B) (C) (D)	69	(A) (B) (C) (D)
10	(A) (B) (C) (D)	25	(A) (B) (C) (D)	40	(A) (B) (C) (D)	55	(A) (B) (C) (D)	70	(A) (B) (C) (D)
11	(A) (B) (C) (D)	26	(A) (B) (C) (D)	41	(A) (B) (C) (D)	56	(A) (B) (C) (D)		
12	(A) (B) (C) (D)	27	(A) (B) (C) (D)	42	(A) (B) (C) (D)	57	(A) (B) (C) (D)		
13	(A) (B) (C) (D)	28	(A) (B) (C) (D)	43	(A) (B) (C) (D)	58	(A) (B) (C) (D)		
14	(A) (B) (C) (D)	29	(A) (B) (C) (D)	44	(A) (B) (C) (D)	59	(A) (B) (C) (D)		
15	(A) (B) (C) (D)	30	(A) (B) (C) (D)	45	(A) (B) (C) (D)	60	(A) (B) (C) (D)		

Nas questões de 1 a 70, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use, caso deseje, o rascunho acima e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA OBJETIVA

### Texto para as questões 1 e 2

1 Temos uma tendência de atribuir os comportamentos negativos, como crimes brutais, a instintos da natureza. Dizemos que agimos como animais. Por outro lado, nossas características positivas, como altruísmo e empatia, são tidas como humanas. Mas o estudo dos macacos revela que esses tipos de comportamento são ancestrais nos primatas. Outra teoria em voga afirma que nossa agressividade é uma novidade. Argumenta-se que os humanos são os únicos que matam os membros da própria espécie. Como se não tivéssemos nosso instinto assassino sob controle. Isso não se sustenta diante das evidências.

Frans de Vaal. *Nossa porção animal*. In: *Época*, 19/12/2005 (com adaptações).

### QUESTÃO 1

Considerando as idéias que constituem os argumentos do texto, assinale a opção correta.

- A A expressão “esses tipos de comportamento” (l.5-6) refere-se a “altruísmo e empatia” (l.4).
- B A expressão “Outra teoria” (l.6-7) retoma a idéia introduzida pela expressão “Por outro lado” (l.3).
- C De acordo com a argumentação do texto, “Isso” (l.10) resume a idéia de que homens e primatas podem controlar seus instintos.
- D O emprego da primeira pessoa do plural em várias estruturas do texto sugere que o autor defende a posição de que os comportamentos negativos são caracterizadores de não-humanidade.

### QUESTÃO 2

Julgue os seguintes itens, a respeito do emprego das estruturas lingüísticas do texto.

- I Na linha 1, preservam-se a correção gramatical e o respeito ao padrão culto da língua portuguesa ao se usar a preposição **para** em lugar da preposição “de” que rege “atribuir”.
- II Nas linhas de 2 a 5, as quatro ocorrências do advérbio “como” introduzem uma exemplificação ou uma especificação das idéias imediatamente anteriores.
- III Se o texto fizesse parte de um documento oficial, seria obrigatória a substituição do uso freqüente da primeira pessoa do plural pela forma verbal com índice de indeterminação do sujeito, como ocorre em “Argumenta-se” (l.8) e em “se sustenta” (l.11).
- IV A substituição da forma verbal “tivéssemos” (l.10) por **tivermos** mantém a idéia de hipótese, mas altera as relações de tempo e, conseqüentemente, provoca incoerência textual.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.

### Texto para as questões 3 e 4

Desde o século XVIII, a sociedade tomou consciência plena de que um prisioneiro, qualquer prisioneiro, não pode ser submetido a condições desumanas, degradantes. Um preso, qualquer preso, não pode ser torturado, humilhado, animalizado. Um ser humano não pode ser tratado como um porco, um bicho. É um traço civilizatório da sociedade saber como punir seus criminosos.

André Petry. *Soltando os presos*. In: *Veja*, 30/11/2005 (com adaptações).

#### QUESTÃO 3

Considerando que os apostos “qualquer prisioneiro” (ℓ.2) e “qualquer preso” (ℓ.4) têm a função argumentativa de reforçar a abrangência do que se afirma a respeito de “prisioneiro” e “preso”, respectivamente, assinale a opção em que a inserção proposta, entre vírgulas, **não** respeita essa função argumentativa e provoca incoerência textual.

- A qualquer ser humano, depois de “ser humano” (ℓ.5)
- B qualquer porco, depois de “um porco” (ℓ.5-6)
- C de qualquer sociedade, depois de “da sociedade” (ℓ.6)
- D quaisquer criminosos, depois de “seus criminosos” (ℓ.7)

#### QUESTÃO 4

Assinale a opção correta a respeito do emprego das estruturas lingüísticas na organização do texto.

- A O desenvolvimento do texto permite que a idéia de indeterminação da expressão “um prisioneiro” (ℓ.2) seja mantida ao se substituí-la pela forma plural **prisioneiros**, sem que sejam prejudicadas a coerência e a correção gramatical do texto.
- B Depreende-se da argumentação do texto que há oposição de sentidos entre “prisioneiro” (ℓ.2) e “preso” (ℓ.4), por um lado, e “ser humano” (ℓ.5) e “bicho” (ℓ.6), por outro.
- C Fazendo-se os ajustes necessários nas letras maiúsculas, o conectivo **No entanto** poderia iniciar o penúltimo período do texto, se forem consideradas as relações de sentido que esse período mantém com o anterior.
- D Embora alterando relações de sentido, seriam preservadas a coerência da argumentação e a correção gramatical ao se eliminar o advérbio “como” (ℓ.7) do último período do texto.

#### QUESTÃO 5

Acerca da disciplina da defensoria pública e dos precedentes dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A A Constituição estadual pode, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliar as atribuições da defensoria pública, como, por exemplo, determinar a defesa de servidor público por ato de improbidade que tenha cometido em razão do exercício do cargo público.
- B Em regra, a Defensoria Pública da União deve acompanhar, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o julgamento dos recursos interpostos por defensores públicos estaduais, bem como deve ser intimada das decisões e acórdãos por ele proferidos.
- C O poder de legislar sobre defensoria pública insere-se no âmbito da competência concorrente, cabendo à União legislar sobre normas gerais e, aos estados e ao Distrito Federal, legislar sobre questões específicas.
- D Para o STF, a ação civil de ressarcimento de dano, em face de crime, quando o titular do direito for pobre, poderá ser promovida pelo Ministério Público, mesmo quando a defensoria pública competente estiver devidamente instalada e em pleno funcionamento.

#### QUESTÃO 6

A respeito da atuação da defensoria pública e da assistência judiciária, assinale a opção correta.

- A Conforme orientação firmada pelo STJ, o prazo em dobro previsto na legislação da assistência judiciária gratuita se estende aos advogados dativos ou nomeados *ad hoc*, que geralmente exercem a defesa das pessoas reconhecidamente carentes em locais onde inexistente a defensoria pública.
- B Os prazos em favor da defensoria pública contam-se da data do ciente e não na data da vista pessoal dos autos.
- C No âmbito estadual, o defensor público geral deve ser nomeado pelo presidente da República, entre integrantes da carreira e maiores de 45 anos.
- D São princípios institucionais da defensoria pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

#### QUESTÃO 7

Constitui prerrogativa dos defensores públicos estendida aos demais advogados

- A receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos.
- B ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais.
- C manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota.
- D ser recolhido em sala especial de Estado-Maior, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

**QUESTÃO 8**

Acerca da assistência judiciária gratuita e da atividade da defensoria pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A pessoa jurídica cuja atividade vise lucro pode litigar sob o manto da gratuidade de justiça ou ser defendida pela defensoria pública.
- Ⓑ Se a parte vencedora foi representada em juízo pela defensoria pública estadual, é apropriada a condenação do estado-réu ao pagamento da verba advocatícia.
- Ⓒ A assistência gratuita só pode ser concedida até a sentença de primeiro grau.
- Ⓓ Não faz parte das atribuições dos defensores públicos a defesa dos necessitados em processos administrativos.

**QUESTÃO 9**

Acerca do regime previsto na Lei Complementar n.º 80/1994, assinale a opção correta.

- Ⓐ Qualquer pessoa pode representar, perante o órgão competente, contra os abusos cometidos por defensor público.
- Ⓑ O princípio da inamovibilidade impede a remoção compulsória nas hipóteses que a lei estadual estabelecer, mesmo que a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, torne incompatível a permanência do faltoso no órgão de atuação de sua lotação.
- Ⓒ A lei em tela exige a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nas fases do concurso público para ingresso na carreira de defensor público, de acordo com a Constituição Federal.
- Ⓓ Não é defeso ao membro da defensoria pública do estado exercer suas funções em processo ou procedimento, no qual haja dado à parte contrária parecer verbal sobre o objeto da demanda.

**QUESTÃO 10**

Acerca do Estatuto da OAB, e de sua interpretação pelos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prescrição da pretensão punitiva prescreve em 5 anos, a contar da constatação do fato e não da prática do ato.
- Ⓑ O advogado não pode ser preso em flagrante por crime de desacato.
- Ⓒ Os advogados que estejam ocupando o cargo de juiz em tribunal eleitoral estão, em regra, impedidos de exercer a advocacia.
- Ⓓ Considere que João, defensor público e no exercício de sua atuação profissional, afirmou que uma pessoa teria praticado um crime. Nessa situação, não se pode afirmar que João tenha cometido o crime de calúnia, já que haveria imunidade material do advogado.

**QUESTÃO 11**

Acerca dos atos administrativos e de sua abordagem pela doutrina, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os pareceres jurídicos e os decretos regulamentares são atos administrativos.
- Ⓑ São atributos dos atos administrativos: a imperatividade, a auto-executoriedade e a presunção de legitimidade ou veracidade.
- Ⓒ Todo ato administrativo discricionário deve ter, necessariamente, um motivo ou uma motivação.
- Ⓓ A licença é um ato administrativo unilateral mas não vinculado.

**QUESTÃO 12**

Acerca da prescrição e da improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ação de improbidade administrativa tem natureza civil e se submete ao chamado foro privilegiado das ações penais.
- Ⓑ A aplicação das penalidades previstas em lei em face de atos de improbidade não pode prescindir do dano econômico ao patrimônio público.
- Ⓒ Não havendo negativa ao próprio direito reclamado, incorre, nas prestações de trato sucessivo, a prescrição do fundo de direito, mas tão-somente das parcelas vencidas antes do quinquênio que antecedeu a propositura da ação.
- Ⓓ Estando prescrita a ação de improbidade, a administração não poderá buscar a reparação civil de ressarcimento dos danos patrimoniais.

**QUESTÃO 13**

Acerca do controle da administração pública e do domínio público, assinale a opção correta.

- Ⓐ A permissão de uso de bem público para fins particulares, quando qualificada por inserção de termo final, deixa de ser precária e, por isso, necessita de licitação e passa a ser passível de indenização em favor do permissionário.
- Ⓑ Os patrimônios histórico e artístico nacional podem ser protegidos por meio da ação civil pública e do tombamento, mas não por meio de ação popular.
- Ⓒ A representação por abuso de autoridade contra membro do Ministério Público não comporta apreciação no âmbito administrativo, devendo ser encaminhada diretamente ao Poder Judiciário competente.
- Ⓓ Conforme a mais moderna doutrina e jurisprudência, os atos administrativos discricionários praticados em face dos chamados conceitos indeterminados não são passíveis de anulação judicial.

**QUESTÃO 14**

Acerca dos contratos administrativos e da licitação, assinale a opção **incorreta**.

- A É cláusula exorbitante dos contratos administrativos a possibilidade de aplicação de penalidades administrativas ao contratado.
- B As medidas de ordem geral adotadas pelas autoridades públicas que causem repercussão no contrato, provocando oneração imprevisível, extracontratual e extraordinária, em detrimento do contratado, são denominadas fato do príncipe.
- C É possível a utilização da arbitragem para dirimir conflitos entre a administração e o parceiro privado, relacionados à execução do contrato administrativo das parcerias público-privadas.
- D No pregão, após a fase de habilitação, passa-se à fase de classificação, em regra, por meio de lances verbais das três melhores propostas.

**QUESTÃO 15**

Acerca da desapropriação, assinale a opção correta.

- A Os bens públicos não são passíveis de desapropriação.
- B A competência para declarar o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária não é exclusiva da União.
- C A imissão provisória na posse do imóvel pressupõe a declaração de urgência, o respectivo pedido, no prazo de 120 dias, e o depósito de acordo com o que a lei prescreve.
- D A incidência de juros moratórios sobre os compensatórios nas ações desapropriatórias constitui anatocismo vedado em lei.

**QUESTÃO 16**

Quanto ao regime jurídico dos agentes administrativos, à responsabilidade civil do Estado e aos poderes da administração, assinale a opção **incorreta**.

- A O candidato aprovado em concurso público, em regra, não tem direito subjetivo à sua nomeação.
- B Considere que João, motorista da PETROBRAS, nessa qualidade, causou dano patrimonial e moral à família de Antônio, por ele atropelado. Nessa hipótese, haverá responsabilidade civil objetiva da PETROBRAS.
- C Derivam do poder hierárquico a avocação e a delegação.
- D A legitimidade do poder de polícia encontra limites no princípio da proporcionalidade.

**QUESTÃO 17**

Acerca da teoria geral da Constituição, assinale a opção correta.

- A Ferdinand Lassale, seguidor do conceito sociológico, reconhece a Constituição como um instrumento jurídico dotado de força normativa.
- B A supremacia da Constituição ocorre mesmo nas chamadas constituições flexíveis.
- C Há hierarquia entre normas constitucionais.
- D É possível ao Poder Judiciário, excepcionalmente, determinar a implementação de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sempre que os órgãos estatais competentes descumprirem os encargos político-jurídicos, de modo a comprometer, com a sua omissão, a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional.

**QUESTÃO 18**

Acerca dos direitos e garantias fundamentais e dos partidos políticos, assinale a opção **incorreta**.

- A O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- B A liberdade de consciência impõe uma prestação alternativa que, se não for cumprida, poderá importar a suspensão de direitos políticos.
- C Conforme jurisprudência do STF, é inidônea a utilização de *habeas corpus* para impugnar autorização judicial de quebra de sigilo, se destinada a fazer prova em procedimento penal.
- D Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.

**QUESTÃO 19**

Acerca da organização do Estado, assinale a opção correta.

- A Nos termos da Constituição Federal de 1988, como condição para a aquisição da estabilidade do servidor público estatutário, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- B Compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, fazendo exceção ao saneamento básico e transportes públicos.
- C A decretação de intervenção da União nos estados para assegurar a observância da prestação de contas da administração pública, direta ou indireta, independerá de provimento, pelo STF, de representação do procurador-geral da República.
- D A Constituição da República não autoriza que lei venha disciplinar a utilização de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, para aplicação sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade em favor dos servidores públicos.

**QUESTÃO 20**

Acerca da organização dos poderes e dos precedentes do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ É permitido editar medida provisória sobre matéria relacionada às coligações partidárias.
- Ⓑ Compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância que tenham julgado válida lei local, cuja competência para editá-la seja contestada em face de lei federal.
- Ⓒ É vedado ao Tribunal de Contas da União fiscalizar as empresas públicas e sociedades de economia mista, mesmo quando explorem atividade econômica.
- Ⓓ As comissões parlamentares de inquérito constituídas no âmbito das assembleias legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal não podem determinar a quebra de sigilo bancário nem a violação do domicílio.

**QUESTÃO 21**

Acerca da organização do Poder Judiciário e de suas funções essenciais, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A homologação de sentenças estrangeiras é de competência do STJ, enquanto que a concessão de exequátur às cartas rogatórias é de competência do STF.
- Ⓑ A orientação que prevalece no âmbito do STF é aquela que afasta o princípio do promotor natural.
- Ⓒ Para os defensores públicos a Constituição veda o exercício da advocacia privada, não o fazendo em relação aos advogados públicos.
- Ⓓ As decisões denegatórias de *habeas corpus* proferidas pelo Tribunal Superior Eleitoral são passíveis de recurso.

**QUESTÃO 22**

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A violação ao princípio da subsidiariedade, nas arguições a descumprimento de preceito fundamental, não impede o conhecimento da impugnação como ação direta de inconstitucionalidade, se estiverem presentes os requisitos desta, bem como a relevância da matéria.
- Ⓑ A decisão que declara a inconstitucionalidade de norma em sede de controle difuso pode ter eficácia prospectiva.
- Ⓒ Em sede de ação declaratória de constitucionalidade, não é cabível medida cautelar
- Ⓓ O indeferimento de liminar em ação direta de inconstitucionalidade, pouco importando o fundamento, dá margem à apresentação de reclamação.

**QUESTÃO 23**

Carla, casada com José, com o qual teve dois filhos — um com oito anos de idade e o outro com seis anos de idade —, procurou a defensoria pública de seu estado. Relatou que seu marido conseguiu emprego em outro estado da Federação há um ano e que, durante os oito primeiros meses, enviou, mensalmente, a importância correspondente a um salário mínimo e meio para o sustento da família. Passado esse tempo, deixou de enviar o dinheiro e não mais entrou em contato com a família. Relatou, ainda, que, hoje, não sabe onde José se encontra e não tem condições para continuar mantendo as crianças, pois o que recebe como lavadeira é insuficiente até para comprar comida para os filhos. Disse que o pai de José, Pedro, é aposentado do estado, que tem situação relativamente boa e que ela acha que ele poderia ajudar no sustento dos netos, pelo menos na compra de alimentos.

Considerando a legislação pertinente, assinale a opção correta acerca da situação hipotética apresentada.

- Ⓐ Do ponto de vista legal, enquanto José for vivo, não há como promover a cobrança de Pedro dos alimentos referidos acima.
- Ⓑ Para que Pedro seja obrigado a participar na compra de alimentos para os filhos de Carla, será necessário, inicialmente, provar a total impossibilidade de José prover o próprio sustento e o dos filhos, caso ele ainda esteja vivo.
- Ⓒ Como há parente na linha reta ascendente, este poderá responder excepcionalmente pelo sustento dos filhos de Carla, caso José esteja impossibilitado de suportar o referido encargo.
- Ⓓ Sendo o paradeiro de José desconhecido, o simples fato de estar a mãe viva desobriga Pedro de assumir a responsabilidade pelo sustento dos filhos de Carla.

**QUESTÃO 24**

João afirma que viveu junto de Maria — que cuidava apenas dos afazeres domésticos — por mais de dez anos, até o seu falecimento, ocorrido há dois meses. Afirma ainda que tiveram dois filhos, que foram por ele reconhecidos. Perguntado se tinham bens, ele respondeu que compraram um lote de terreno há dois anos, que foi registrado no nome dela e onde construíram uma casa. No período em que viveram juntos, Maria, que era filha única, recebeu, como herança de sua mãe viúva, um terreno na cidade de Tarauacá. Ele, por sua vez, junto com irmãos, herdou uma pequena propriedade que pertencia ao pai, que era viúvo ao falecer.

Com base na legislação pertinente, assinale a opção correta acerca da situação hipotética acima apresentada.

- Ⓐ Por não terem sido casados no civil, João não tem nenhum direito com relação ao lote de terreno registrado no nome de Maria e ao terreno na cidade de Tarauacá.
- Ⓑ João tem direito sucessório apenas sobre os bens adquiridos a título oneroso durante a convivência com Maria.
- Ⓒ João tem direito a apenas metade de todos os bens que pertenciam ao casal, incluindo-se aqueles herdados por ambos e os que foram por eles adquiridos durante a união.
- Ⓓ Por possuir bem herdado de seu falecido pai, o direito de Pedro limita-se à metade dos bens que adquiriu em conjunto com a falecida, durante a união estável.

**QUESTÃO 25**

Francisca, viúva, que vivia sob a dependência econômica de seu único filho, Mário, detentor de um pequeno patrimônio, narra que ele viajava em uma embarcação, entre dois municípios do Acre, quando o barco naufragou, em janeiro de 2003. Diz, ainda, que seu filho não se encontrava entre os sobreviventes, nem tampouco o seu corpo foi resgatado pelas equipes de busca e salvamento, que, quando encerraram os trabalhos, declararam desaparecidos 10 passageiros, entre eles Mário.

Assinale a opção correta, tendo como base a legislação pertinente à situação hipotética acima apresentada.

- A É correto que Francisca entre com ação esperando que, com base no art. 7.º do novo Código Civil, o juiz declare a morte de Mário, pois, no momento do referido naufrágio, este se encontrava em iminente risco de morte.
- B Não havendo certeza da morte nem do paradeiro Mário, teria fundamentos jurídicos a ação que pedisse que Mário fosse declarado ausente e Francisca fosse nomeada curadora do patrimônio de seu filho.
- C Com base na morte presumida de Mário, haveria previsão legal para ação em que Francisca entrasse com pedido de sucessão provisória dos bens de seu filho.
- D Do ponto de vista legal, a ação mais adequada na situação em apreço, quanto à sua eficácia, seria aguardar o prazo para que fosse requerida a usucapião sobre os bens do desaparecido.

**QUESTÃO 26**

Catarina procurou a defensoria pública de seu estado para relatar que seu filho, de 15 anos de idade, foi atropelado e ficou paraplégico em razão das lesões sofridas no acidente. O veículo que o atropelou era dirigido por Diogo, de 16 anos de idade. Catarina afirmou que procurou o proprietário do veículo, Vitor, pai de Diogo, para que ele a ajudasse com as despesas médicas e com a aquisição de uma cadeira de rodas. Vitor se negou a auxiliar Catarina, alegando não ter qualquer responsabilidade no caso, pois quem dirigia o carro no momento do acidente era seu filho.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta, tendo a legislação pertinente como base.

- A Como o veículo não era dirigido por seu proprietário, nada pode ser feito quanto ao auxílio demandado por Catarina a Vitor, e não há como pleitear qualquer indenização, haja vista Diogo ser menor de idade.
- B Por ter seu filho ficado paraplégico e dada a não-participação de Vitor no acidente, o mais aconselhável é que Catarina ajuíze ação requerendo o ressarcimento por danos morais, apenas.
- C Na situação em apreço, Vitor apenas responde pelos danos para os quais fique demonstrada a intenção de Diogo de lesionar o filho de Catarina.
- D Na situação apresentada, Vitor responde pelos danos materiais e morais sofridos pelo filho de Catarina.

**QUESTÃO 27**

Uma das alterações do novo Código Civil refere-se à adoção de princípios gerais que norteiam a interpretação dos institutos. Esses princípios incluem o da

- A dignidade da pessoa humana.
- B função social da posse.
- C oralidade.
- D boa-fé objetiva.

**QUESTÃO 28**

Quanto ao assento de nascimento, **não** é exigência legal que

- A constem os apelidos de família do pai e da mãe.
- B conste o sexo do registrando.
- C constem a data e o local de nascimento.
- D conste a hora em que o nascimento ocorreu, mesmo que de forma aproximada.

**QUESTÃO 29**

Determinada ação de investigação de paternidade, cumulada com ação de alimentos proposta por um defensor público foi contestada. Ao receber a contestação para réplica, o defensor público constatou que não foi juntado aos autos o instrumento de mandato do réu para seu advogado. Nesse caso, seria adequado que o defensor público

- A requeresse a decretação da revelia na peça processual em que versará sobre a contestação.
- B solicitasse a regularização da representação processual do réu, sob pena de decretação da revelia.
- C se manifestasse apenas no momento das alegações finais.
- D não se manifestasse, pois cabe exclusivamente ao juiz dirigir o processo, velando por sua regularidade.

**QUESTÃO 30**

No âmbito do direito processual civil, documento novo é aquele

- A produzido pelo autor após a contestação.
- B existente no momento da propositura da ação, mas que não é utilizado pelo autor da ação até a sentença.
- C de que o autor teve conhecimento somente após a propositura da ação.
- D que foi produzido após a propositura da ação ou da apresentação da contestação.

**QUESTÃO 31**

Mudança que entrou em vigor no presente ano alterou o sistema recursal estabelecido no Código de Processo Civil. O recurso alterado foi

- A a apelação, que passou, como regra geral, a ser recebida apenas no efeito devolutivo a critério do relator em segundo grau.
- B o agravo regimental, que passou a ser o substituto dos embargos de declaração nas decisões monocráticas do relator.
- C o agravo, que, agora, como regra geral, será retido e, somente excepcionalmente, poderá ser de instrumento.
- D o embargo de declaração, que, agora, como regra geral, passa a ter efeitos infringentes.

**QUESTÃO 32**

A liminar concedida em antecipação de tutela difere da liminar concedida em processo cautelar, já que

- A aquela, para ser concedida, exige como requisito apenas um juízo de verossimilhança, enquanto esta exige a certeza do direito.
- B aquela somente pode ser concedida se requerida pela parte, enquanto a cautelar pode ser concedida, excepcionalmente, de ofício.
- C aquela, além do requisito da verossimilhança, exige a presença da fumaça do bom direito.
- D esta somente pode ser concedida ao caso em que a demora ponha em risco o direito do requerente.

**QUESTÃO 33**

Será atacada por apelação dotada com efeito somente devolutivo a decisão

- A que declara a indignidade de herdeiro.
- B de condenar o réu ao pagamento de alimentos.
- C que apenas reconhece a paternidade.
- D no caso de procedência parcial do pedido, nas ações condenatórias.

**QUESTÃO 34**

É competente para processar o inventário e a partilha o juízo

- A do domicílio do inventariante.
- B da situação dos bens, caso o falecido não possuisse domicílio certo.
- C do herdeiro que requereu o inventário.
- D do domicílio do cônjuge superstite, sendo o *de cuius* casado.

**QUESTÃO 35**

Rodrigo tinha cinco anos de idade quando seus pais morreram em um acidente. Desde que ficou órfão, ele tem sido informalmente criado por sua tia Antônia, que buscou apoio jurídico para regularizar essa situação na data em que Rodrigo completou quatorze anos. O advogado que a atendeu orientou-a a ingressar com pedido de adoção de Rodrigo. Este, porém, manifestou-se contrariamente à adoção, por considerar que isso seria um desrespeito contra seus falecidos pais. Por conta disso, o advogado sugeriu que Antônia pedisse apenas a tutela de Rodrigo.

Em face dessa situação, assinale a opção correta.

- A Seria descabido que Antônia pedisse a adoção de Rodrigo, visto que é vedada, legalmente, a adoção entre parentes de até segundo grau.
- B Seria juridicamente equivocado que Antônia pedisse a adoção de Rodrigo porque, nesse caso, o pedido tecnicamente correto seria o de concessão definitiva de pátrio poder.
- C A oposição de Rodrigo inviabilizaria o deferimento de eventual pedido de adoção feito por Antônia, mesmo que o juiz da causa considerasse que a adoção seria benéfica aos interesses do menor.
- D O pedido de tutela deve ser indeferido, pois somente crianças são sujeitas a tutela.

**QUESTÃO 36**

Vanda, cidadã brasileira, com 25 anos de idade, vive na Europa. Por ser infértil e solteira, ela decidiu adotar uma criança e, com esse objetivo, outorgou a sua irmã, Magdala, uma procuração para que adotasse, em nome dela, uma criança ou adolescente de até 14 anos de idade. Entretanto, como Magdala não buscou cumprir essa incumbência, Vanda veio ao Brasil, com o objetivo de realizar a adoção.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Magdala somente poderia ter adotado uma criança em nome de Vanda, caso a procuração outorgada fosse pública, celebrada em tabelionato brasileiro e atribuisse poderes específicos para a adoção.
- B Seria inviável que Vanda adotasse uma criança brasileira porque a legislação veda a adoção por pessoas solteiras.
- C Em virtude da idade de Vanda, seria inviável que ela adotasse um adolescente brasileiro.
- D Caso Vanda viesse a adotar uma criança de sete anos de idade, ela teria um prazo legal de sete meses para rescindir a adoção.

**QUESTÃO 37**

Considere que um juiz, após ter verificado a prática de ato infracional e observado o devido processo legal, tenha determinado a aplicação cumulativa a um adolescente de medidas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e abrigo em entidade. Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- A É descabida a aplicação da medida de liberdade assistida, pois a liberdade assistida é apenas um regime de aplicação da medida de internação.
- B É descabida a aplicação da medida de abrigo em entidade, por ser ela medida cautelar e não medida socioeducativa.
- C É ilegal a cumulação das referidas medidas, pois as medidas socioeducativas são inacumuláveis.
- D Seria ilegal a aplicação desse mesmo rol de medidas a uma criança.

**QUESTÃO 38**

Considere que um juiz, durante o processo de apuração de ato infracional praticado por adolescente, tenha exarado decisão concedendo remissão ao adolescente, determinado a aplicação de medida socioeducativa de internação e, por fim, extinguido o processo. Nessa situação, é correto afirmar que

- A a remissão foi ilícita porque ela somente pode ser concedida antes de iniciado o processo de apuração judicial.
- B a remissão foi ilícita porque a remissão judicial somente pode ser efetivada na própria sentença que decide o processo de apuração do ato infracional, pois a remissão implica o reconhecimento da ocorrência do ato investigado e da responsabilidade do adolescente.
- C a remissão foi ilícita por ser ato de competência privativa do Ministério Público.
- D foi ilícita a aplicação da medida socioeducativa de internação, mas seria lícito ao juiz conceder a remissão e aplicar medida de obrigação de reparar o dano.

**QUESTÃO 39**

Raquel, que é viúva e mora sozinha, ingressou em juízo com solicitação de que lhe fosse concedida a guarda de sua neta Patrícia, de três anos de idade, argumentando que os pais da criança a submetiam regularmente a tratamento degradante e a maus-tratos.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A referida solicitação caracteriza-se como pedido de colocação em família substituta.
- B** Seria vedado ao juiz da causa determinar liminarmente a suspensão do poder familiar dos pais de Patrícia.
- C** Seria vedado ao juiz da causa decidir pela concessão do pedido, caso o Ministério Público se manifestasse em sentido contrário.
- D** A petição inicial de Raquel deveria ser declarada inepta porque a concessão do pedido por ela aduzido dependeria do prévio julgamento de ação penal que apurasse a veracidade de suas afirmações.

**QUESTÃO 40**

Um juiz aplicou a um adolescente de 16 anos de idade medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, que consistia na realização, durante um ano e três meses, de atividade gratuita em um hospital, como auxiliar no cuidado de crianças, durante oito horas, todos os domingos e feriados.

Nessa situação, a medida é ilícita porque

- A** ultrapassa o limite máximo de duração previsto na lei.
- B** ultrapassa o limite semanal de horas de serviço permitido pela legislação.
- C** a lei veda a prestação por adolescentes de serviços à comunidade nos fins de semana e em feriados.
- D** as medidas dessa natureza não comportam prazo determinado.

**QUESTÃO 41**

Um jornal veiculou a informação de que são modalidades de atendimento não-asilar do idoso o centro de convivência, o centro de cuidados diurnos, a casa-lar e a oficina abrigada de trabalho. É correto afirmar que tal informação

- A** é correta.
- B** é incorreta porque a oficina abrigada de trabalho não é uma modalidade de atendimento e sim, um programa de assistência social.
- C** é incorreta porque a casa-lar é entendida como uma modalidade de atendimento asilar.
- D** é incorreta porque os centros de cuidados diurnos são uma modalidade de centro de convivência.

**QUESTÃO 42**

A modalidade asilar de atendimento ao idoso

- A** deve ser preferida às modalidades não-asilares, visto que garantem ao idoso uma assistência mais completa.
- B** tem como uma de suas características a de ocorrer sempre em regime de internato.
- C** é inaplicável a idosos que tenham família.
- D** é inaplicável a idosos que tenham renda pessoal suficiente para prover a própria subsistência.

**QUESTÃO 43**

A Política Nacional do Idoso

- A** deve ser estabelecida mediante portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social.
- B** deve ser estabelecida mediante lei federal complementar.
- C** determina que é dever de todo cidadão denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso.
- D** determina que o poder público deve nomear para todo idoso um curador especial para cuidar da gestão de seus bens.

**QUESTÃO 44**

Considere que uma lei ordinária estadual do Acre disponha que a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer seja incentivada mediante descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como mediante o acesso preferencial aos respectivos locais. No que toca à Constituição da República, a referida disposição

- A** seria inconstitucional, por violar a competência legislativa privativa da União de legislar sobre assistência social.
- B** seria inconstitucional, por violar o princípio da igualdade.
- C** seria inconstitucional porque isenções somente podem ser estabelecidas mediante lei complementar.
- D** seria constitucional.

**QUESTÃO 45**

As modalidades de atenção ao idoso reconhecidas pela legislação brasileira incluem

- I família natural.
- II família acolhedora.
- III república.
- IV residência temporária.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

**QUESTÃO 46****Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003**

(...)

Art. 39 Aos maiores de sessenta e cinco anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. (...)

Art. 40 No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I a reserva de duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos;

II desconto de cinquenta por cento, no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Internet: <www.planalto.gov.br>

André é um cidadão brasileiro de 62 anos de idade que tem como única fonte de renda seus proventos de aposentadoria, correspondentes a dois salários mínimos. Ele procurou uma companhia de aviação e solicitou que lhe fosse concedido gratuitamente um “bilhete de viagem do idoso” para ir de Rio Branco – AC para Belém – PA, no dia seguinte, o que lhe foi negado sob o argumento de que o direito a transporte interestadual gratuito não se aplica ao transporte aéreo.

Com base nos artigos acima transcritos do Estatuto do Idoso e considerando, na situação hipotética apresentada, que André foi o primeiro idoso a solicitar esse benefício à referida empresa aérea, assinale a opção correta.

- A André tem direito a ser transportado gratuitamente pela empresa de aviação.
- B André não tem direito ao transporte interestadual gratuito porque ele é menor de 65 anos.
- C André não tem direito a ser transportado gratuitamente porque solicitou a emissão do bilhete com menos de uma semana de antecedência.
- D É juridicamente correto o argumento da empresa de aviação para indeferir a solicitação de André.

**QUESTÃO 47**

Em meados de 1980, a pessoa jurídica Ebal Indústria de Bebidas Ltda. fabricou e colocou no mercado um refrigerante, que foi consumido em larga escala, por apresentar características de coloração e paladar muito atrativas aos consumidores. Em 1989, foi constatado que a composição química do produto, quando ingerido em excesso, poderia causar câncer, razão pela qual o produto foi retirado do mercado.

Antônio foi um dos milhares de consumidores do produto. Desde que o produto foi comercializado, ele ingeria cerca de um litro diariamente.

Em 1992, sentindo sua saúde debilitada e ao tomar conhecimento da nocividade da bebida, Antônio procurou um médico, que constatou que ele estava com câncer no estômago, provocado, provavelmente, pelo uso do refrigerante fabricado pela Ebal Indústria de Bebidas Ltda. Antônio, então, ajuizou ação de reparação de danos contra a Ebal Indústria de Bebidas Ltda. em junho de 2005.

Com fulcro na situação hipotética acima apresentada e à luz das normas que regem as relações de consumo, assinale a opção **incorreta**.

- A Se a fabricante Ebal Indústria de Bebidas Ltda. não pudesse ser identificada por Antônio, este poderia ajuizar ação de reparação contra o revendedor final.
- B A pretensão de Antônio não merece acolhida, dado o advento do lapso prescricional.
- C O Ministério Público é parte legítima para ajuizar ação em defesa de todos os consumidores que, porventura, sofreram danos em decorrência da ingestão do produto impróprio para consumo.
- D A situação hipotética ilustra caso de responsabilidade do fornecedor pelo vício do produto.

**QUESTÃO 48**

Cecília, prestes a contrair núpcias, solicitou orçamento de prestação de serviços de renomado estilista para que este confeccionasse o seu vestido de noiva, pois havia lido, em anúncio publicitário, que o referido estilista utilizava tecidos importados e sofisticadas rendas na feitura de suas peças.

Tendo como base essa situação hipotética, assinale a opção correta, com relação às normas que regem as relações consumeristas.

- A O orçamento eventualmente entregue a Cecília deveria ter validade de 30 dias, salvo disposição estabelecida em sentido diverso.
- B Ainda que Cecília tenha concordado com o orçamento, este poderia ter sido alterado unilateralmente, desde que não houvesse sido iniciado o serviço.
- C Se o estilista se abstivesse de estipular prazo para o término de seu serviço, ele incorreria em prática considerada abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).
- D Sendo constatado que o anúncio publicitário, quanto aos serviços prestados pelo estilista, não correspondia à realidade, o anúncio deveria ser considerado publicidade abusiva.

**QUESTÃO 49**

Na pretensão de adquirir aparelho eletrodoméstico de multiprocessamento, Vanda se beneficiou do sistema de crediário de certa revendedora de utensílios domésticos. Na ocasião, a consumidora preencheu cadastro com todos os seus dados pessoais. O contrato previu que as prestações seriam efetuadas em 24 parcelas reajustáveis. Vanda, no entanto, tornou-se inadimplente quando já havia quitado cerca de um terço da dívida e, por essa razão, teve seu nome inscrito em cadastro de devedores inadimplentes.

Acerca desse caso, com fulcro nas normas que disciplinam as relações de consumo e com base na situação hipotética acima apresentada, assinale a opção **incorreta**.

- A** A cobrança de quantia já devidamente quitada por Vanda ensejará a repetição do indébito, pelo valor igual ao dobro do que a consumidora pagou em excesso, com juros e correção monetária.
- B** Cadastros, incluído o de inadimplentes, fichas ou registros de dados pessoais somente podem ser implementados com a anuência expressa dos consumidores a que se referirem.
- C** Os bancos de dados que contêm registros sobre consumidores, como o Serviço de Proteção do Crédito (SPC), são considerados entidades de caráter público.
- D** Os dados negativos porventura inscritos no SPC, com relação às dívidas inadimplidas por Vanda, não poderão nele permanecer por período superior a 5 anos.

**QUESTÃO 50**

Em seu domicílio, Aparecida firmou contrato de prestação de serviços odontológicos, mediante oferta de Antenor, representante comercial da fornecedora dos serviços. Entre outras disposições, o instrumento contratual previa que: a fornecedora contratada poderia rescindir o contrato unilateralmente; a rescisão por iniciativa do contratante somente poderia ocorrer após o pagamento de quantia equivalente a 24 mensalidades. No momento da assinatura do contrato, Aparecida efetuou pagamento de taxa de adesão e, no respectivo recibo, havia escrito que o contratante teria direito a um aparelho odontológico sem qualquer custo adicional.

Com base nessa situação hipotética e com relação às normas que regem os contratos de consumo, assinale a opção correta.

- A** Aparecida poderá desistir do contrato no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura.
- B** A previsão inserta no recibo de pagamento da taxa de adesão não vincula o fornecedor, pois o referido excerto é estranho ao instrumento contratual.
- C** É plenamente válido e eficaz o contrato entre Aparecida e o fornecedor, desde que tenha sido redigido de forma clara e compreensível, determinando-se precisamente os direitos e deveres de ambas as partes.
- D** Se houver declaração judicial de que determinada cláusula contratual é considerada abusiva, todo o contrato estará eivado de nulidade.

**QUESTÃO 51**

Determinada indústria fabricou e colocou no mercado alimento impróprio para o consumo por pessoas diabéticas, sem a indicação dessa situação nas embalagens do produto.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta** acerca das disposições consumeristas que versam sobre as infrações penais.

- A** Constituem crimes contra as relações de consumo exclusivamente as situações expressamente dispostas no CDC.
- B** Constitui crime contra as relações de consumo a omissão, nas embalagens, nos recipientes ou na publicidade, da informação sobre a nocividade de produtos alimentícios, ficando o infrator sujeito à pena de detenção.
- C** As operações que envolvam alimentos são circunstâncias agravantes dos crimes contra as relações de consumo.
- D** Em crimes contra as relações de consumo, a fiança fixada pelo juízo competente, no curso do processo, poderá ser aumentada em até vinte vezes, dependendo da situação econômica do réu.

**QUESTÃO 52**

Em razão de severa crise financeira, provocada por má administração, determinada instituição de ensino particular deixou de pagar os salários de todo seu quadro de pessoal, inclusive o dos professores, durante período superior a 6 meses consecutivos. Em consequência, os professores paralisaram suas atividades. Já na terceira semana sem aulas, a associação de pais dos alunos, regularmente constituída em obediência às normas civis e consumeristas, ajuizou ação contra a instituição de ensino, requerendo, liminarmente, a imediata retomada da prestação dos serviços educacionais.

Com base na situação hipotética apresentada e na disciplina normativa da defesa do consumidor em juízo, assinale a opção correta.

- A** Cuida a hipótese da defesa de direitos difusos.
- B** A associação de pais de alunos deve estar isenta do pagamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas inerentes à ação judicial.
- C** É defeso ao juízo competente aplicar, de ofício, multa diária à instituição de ensino, no caso de descumprimento de ordem judicial que determine a imediata retomada da prestação dos serviços educacionais.
- D** A propositura da ação coletiva, pela associação de pais dos alunos, induz litispêndência para as ações propostas individualmente.

**QUESTÃO 53**

O município de Flores desmembrou-se, dando origem ao município denominado Flores do Sul. Posteriormente, o município de Flores editou a Lei n.º 1, disciplinando que a alíquota a ser aplicada a determinado tributo seria de 8%. Alguns contribuintes suscitaram dúvidas acerca de quais situações se enquadrariam na hipótese de incidência do tributo. Após nove meses, o Poder Legislativo competente editou a Lei n.º 2, expressamente interpretativa, esclarecendo taxativamente que situações deviam obediência à alíquota de 8%, fixada pela Lei n.º 1.

Diante dessa situação hipotética e observadas as normas gerais de direito tributário, assinale a opção **incorreta**.

- A Enquanto o município Flores do Sul não editar suas leis tributárias, terão vigência, em seu território, as leis do município de Flores.
- B A Lei n.º 2 deveria retroagir para reger todas as relações jurídicas disciplinadas pela Lei n.º 1, desde o início da vigência desta última norma.
- C Se não houvesse a lei interpretativa, a autoridade competente deveria aplicar a legislação tributária utilizando-se, sucessivamente e, nessa ordem, da analogia, dos princípios gerais de direito público, dos princípios gerais de direito tributário e da equidade.
- D A interpretação exarada pela Lei n.º 2 deve ser classificada como autêntica.

**QUESTÃO 54**

Juraci, portador de doença renal crônica, e Cléber, menor relativamente incapaz, constituíram sociedade com o objetivo de comercializar gêneros alimentícios. Os sócios se abstiveram de inscrever o contrato social no registro competente. O comércio foi instalado em um imóvel adquirido na zona urbana do município. O poder público competente editou norma determinando que os proprietários de imóveis urbanos informassem as últimas obras levadas a efeito nos referidos bens, para efeito de atualização das bases de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), sob pena de aplicação de multa proporcional ao valor venal do imóvel.

Acerca das normas que regem a obrigação tributária e considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Os sócios são solidariamente responsáveis pelo pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel adquirido, mas Juraci deverá ser demandado em primeiro lugar, no caso de eventual execução fiscal.
- B Se o poder público competente conceder isenção tributária aos portadores de doença renal crônica, quanto ao pagamento do IPTU, e sendo Juraci co-proprietário do imóvel adquirido com Cléber, ambos serão beneficiados e, nessa situação, não será devido o mencionado tributo.
- C A sociedade formada por Juraci e Cléber não possui qualquer responsabilidade pelo pagamento dos tributos por ela devidos, uma vez que não foi regularmente constituída.
- D O descumprimento da determinação de informar dados acerca dos imóveis urbanos, a fim de atualizar as bases de cálculo do IPTU, converterá a obrigação tributária acessória em principal relativamente à penalidade pecuniária.

**QUESTÃO 55**

Simone é proprietária de imóvel localizado na zona rural de certo município, sujeito ao imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR). Cálculos incorretos levados a efeito pela autoridade fazendária ensejaram a cobrança de valor excessivamente superior ao devido. Por essa razão, Simone apresentou recurso para discutir administrativamente a referida questão tributária e, nessa ocasião, efetuou o depósito do montante integral do tributo.

Diante dessa situação hipotética e acerca das normas que regem o crédito tributário, assinale a opção **incorreta**.

- A Considera-se ocorrido o fato gerador do ITR no dia 1.º de janeiro de cada ano.
- B A União é competente para instituir o ITR, podendo o município onde se localizar o imóvel rural fiscalizar e cobrar o referido tributo, desde que não importe redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- C O depósito do montante integral, em sede de processo administrativo fiscal, é hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- D O crédito tributário do ITR surge com o fato gerador do tributo.

**QUESTÃO 56**

Reginaldo faleceu em 1995 e, após a conclusão da partilha, em 1998, a autoridade fazendária verificou que havia dívida do *de cuius*, relativa ao imposto incidente sobre a renda, no importe de R\$ 2.200,00. Amanda e Régis, maiores e capazes, são herdeiros necessários de Reginaldo.

Tendo como referência o caso hipotético apresentado e com relação à disciplina da responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

- A Amanda e Régis são contribuintes do imposto de renda devido pelo *de cuius*.
- B Os sucessores serão responsáveis pelo pagamento de todos os tributos e penalidades pecuniárias devidos pelo *de cuius* até a data da partilha, limitada esta responsabilidade ao montante dos quinhões recebidos.
- C O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos por Reginaldo até a data da abertura da sucessão.
- D A hipótese cuida de responsabilidade tributária por substituição.

**QUESTÃO 57**

A pessoa jurídica Flecha Segurança Ltda., cujo patrimônio é composto de bens móveis, imóveis (estando um deles hipotecado) e aplicações financeiras, encontra-se inadimplente para com a fazenda pública estadual e municipal.

Com referência a essa situação hipotética e acerca das normas que regem as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Promovida ação judicial para cobrança dos créditos tributários estaduais e municipais, a fazenda pública estadual terá preferência no recebimento dos valores a ela devidos.
- Ⓑ Os bens de Flecha Segurança Ltda. responderão pelo pagamento dos créditos tributários, exceto o imóvel que já se encontrava anteriormente hipotecado.
- Ⓒ Após a regular inscrição dos créditos tributários em dívida ativa, será presumidamente fraudulenta a alienação dos bens da pessoa jurídica Flecha Segurança Ltda., se esta não reservar montante suficiente para o pagamento da dívida tributária.
- Ⓓ Na hipótese de ajuizamento de ação falimentar contra a Flecha Segurança Ltda., os créditos extraconcursais terão preferência aos créditos tributários.

**QUESTÃO 58**

Manoel é proprietário de veículo automotor e, com vistas a negociar o referido bem, requereu à autoridade fazendária competente a prova de quitação dos tributos relativos ao automóvel de sua propriedade.

Considerando a situação hipotética apresentada e quanto ao Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não se aplica a anterioridade tributária nonagesimal à fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).
- Ⓑ Os estados e a União são competentes para instituir isenções quanto ao IPVA.
- Ⓒ Pertencerão ao município 10% do produto da arrecadação do IPVA de veículos licenciados em seu território.
- Ⓓ Requerida certidão negativa para provar a quitação do IPVA, o funcionário público que a expedir com fraude contra a fazenda pública será subsidiariamente responsabilizado.

**QUESTÃO 59**

Consoante as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, nos termos da legislação vigente, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ No tocante ao elenco de penas restritivas de direito aplicáveis à espécie, admite-se o recolhimento domiciliar.
- Ⓑ A baixa escolaridade ou grau de instrução não constitui argumento suficiente para atenuar a pena aplicada.
- Ⓒ Uma pessoa jurídica está sujeita ao cumprimento de pena.
- Ⓓ Constitui circunstância que agrava a pena aplicada ter o agente cometido a infração em período de defeso da fauna.

**QUESTÃO 60**

No curso de uma audiência de julgamento no tribunal do júri, no intervalo para o almoço, um dos jurados subtraiu a arma incriminada e anexada ao processo, doando-a para terceira pessoa após o julgamento.

Diante dessa situação hipotética e considerando que a ação do jurado ocorreu nas dependências de órgão público, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Trata-se de falta grave que deve ser apurada em sindicância instaurada pelo juiz presidente do tribunal do júri, podendo o jurado incorrer em sanção de natureza administrativa e multa.
- Ⓑ Cuida-se de crime de peculato na modalidade furto, nos termos da lei penal vigente.
- Ⓒ Embora o jurado não ostente a qualidade de funcionário público, deve ser considerado como tal para efeitos penais.
- Ⓓ O jurado deve responder penalmente, visto que sua conduta constitui crime contra a administração pública.

**QUESTÃO 61**

No tocante à imputabilidade penal, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O sistema adotado no Brasil para aplicação de pena ou medida de segurança é o denominado vicariante.
- Ⓑ A oligofrenia leve é considerada doença mental para efeitos penais.
- Ⓒ Não exclui a imputabilidade quando a paixão é elemento condutor do crime.
- Ⓓ A periculosidade é pressuposto da medida de segurança.

**QUESTÃO 62**

Na hipótese de crime de lesão corporal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Admite-se no, Código Penal (CP) brasileiro, a lesão na modalidade levíssima.
- Ⓑ A lesão corporal é de natureza grave caso resulte em incapacidade da vítima para as ocupações habituais, por mais de um mês.
- Ⓒ Se a lesão for culposa, a ação penal fica condicionada à representação do ofendido, admitindo-se, ainda, a possibilidade de concessão de perdão judicial, nos termos da lei penal vigente.
- Ⓓ Fica excluído o dolo direto e indireto se a lesão corporal for seguida de morte.

**QUESTÃO 63**

No tocante às penas autorizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A cominação de pena em seu aspecto abstrato corresponde à pena aplicada em concreto.
- Ⓑ A pena alternativa é uma opção de escolha que pode substituir a pena privativa de liberdade.
- Ⓒ Ao aplicar a pena, o juiz deve observar, necessariamente, o contido na parte geral do CP.
- Ⓓ A pena pode ser atenuada, durante sua aplicação, em razão de circunstância não prevista em lei.

**QUESTÃO 64**

Quanto aos crimes contra os costumes, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nesses crimes, admite-se violência presumida em todos os casos.
- Ⓑ A concordância da vítima é irrelevante diante da conduta do agente.
- Ⓒ A palavra da vítima não deve ser considerada para efeito de prova.
- Ⓓ No crime de estupro praticado com violência real, a ação penal deve ser pública.

**QUESTÃO 65**

Determinada pessoa foi submetida a julgamento, perante o tribunal do júri da comarca de Xapuru, pela prática do crime previsto no artigo 121, § 2.º, incisos II e IV do CP. Após os debates na sessão de julgamento, tendo sido os quesitos submetidos à apreciação soberana dos jurados, foi o réu condenado. Proferida a sentença que julgou procedente o libelo-crime acusatório, o juiz presidente condenou o réu a uma pena de dezoito anos de reclusão. Na análise das circunstâncias judiciais, o magistrado consignou que o acusado era primário e de bons antecedentes. Foi estabelecido o regime integralmente fechado para o cumprimento da pena, oportunidade em que o juiz determinou que o réu fosse recolhido à prisão.

Sabendo que a sentença judicial deve obedecer ao texto constitucional vigente e às regras estabelecidas no Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta acerca da decisão proferida nessa situação hipotética.

- Ⓐ A sentença não atende ao princípio da proporcionalidade no tocante à aplicação da pena.
- Ⓑ O acusado deve ser preso imediatamente para que possa apelar da sentença.
- Ⓒ É desnecessário o recolhimento do acusado em razão do princípio da presunção de inocência; deve este aguardar, em liberdade, o processamento de eventual recurso.
- Ⓓ A decisão do juiz foi acertada, à luz do CPP.

**QUESTÃO 66**

Assinale a opção correta no tocante à prisão no curso do processo.

- Ⓐ O ordenamento jurídico brasileiro admite a prisão para averiguação como medida cautelar temporária.
- Ⓑ Somente em flagrante delito ou mediante ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, é lícito prender alguém como medida cautelar, conforme o texto constitucional vigente.
- Ⓒ Em casos de crimes punidos com prisão cautelar, não se admite liberdade provisória.
- Ⓓ A prisão temporária afasta a possibilidade de prisão preventiva, uma vez que uma exclui a outra.

**QUESTÃO 67**

No que se refere aos crimes dolosos contra a vida, especificamente ao suicídio, considerando que tal hipótese, isoladamente, constitui fato atípico, embora, na visão sociológica, seja classificado como fato social normal, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A tentativa de suicídio é impunível, já que, do ponto de vista da política criminal, seria um estímulo punir o suicida nessa modalidade.
- Ⓑ A autolesão é punível quando o *iter criminis* percorrido pelo agente se aproximar da hipótese de lesão grave ou gravíssima.
- Ⓒ A hipótese de autodestruição na forma consumada deve ser sempre objeto de investigação em inquérito policial, visando-se apurar a participação de terceira pessoa.
- Ⓓ Devem ser objeto de denúncia somente as hipóteses de instigação, induzimento ou auxílio ao suicídio.

**QUESTÃO 68**

Determinada pessoa foi presa em flagrante delito pela prática de crime previsto no artigo 121, § 2.º, inciso II (homicídio qualificado por motivo fútil) do CP. Ao descrever a conduta do agente, a autoridade policial, em seu relatório final, afirmou que nenhum bem móvel de propriedade da vítima fora subtraído no momento da dinâmica do fato, que a vítima sofrera oito disparos de arma de fogo — conforme laudo cadavérico que assim atesta — e que, de algum modo, o comportamento da vítima contribuíra para o evento, uma vez que ela provocara injustamente o agente do fato, no curso de discussão havida com o acusado. O representante do Ministério Público, após analisar o inquérito policial, ao oferecer a denúncia, considerou que a não-subtração de bem móvel era irrelevante naquele momento processual e classificou o crime na modalidade consumada contra a vida, movido por futilidade. O acusado foi devidamente citado e interrogado, nos termos do artigo 186 e seguintes do CPP. No curso da instrução criminal, foram ouvidas oito testemunhas. A instrução criminal ocorreu de forma normal, ou seja, sem incidentes ou recursos. Ouvida a última testemunha da defesa, o representante do Ministério Público, instado nos termos do artigo 406 do CPP, após analisar o processo, considerou que o fato descrito na peça inicial justificava a sua pretensão a merecer acolhimento pelo juiz, porém requereu que fosse o acusado pronunciado nos exatos termos do artigo 121, § 1.º, do CP (homicídio privilegiado), afastando, assim, a futilidade inicialmente apontada, por entender que esta não restara provada no curso da instrução criminal. O defensor público, nas alegações finais, pediu que o acusado fosse impronunciado. O juiz, na fase da pronúncia (art. 408 do CPP), acolheu a pretensão ministerial na forma requerida nas suas alegações finais, refutando a tese da defesa por entender que esta estava dissociada da descrição fática.

Diante de tal situação processual hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A decisão do juiz foi acertada, uma vez que está de acordo com as leis penal e processual penal e, sobretudo, porque beneficia o acusado.
- Ⓑ O representante do Ministério Público fica obrigado a requerer a pronúncia nos termos da denúncia, conforme o princípio da correlação.
- Ⓒ Afastada a qualificadora, deveria ter sido acolhida, necessariamente, a tese da defesa.
- Ⓓ A decisão do juiz foi incorreta, pois contraria a lei processual penal, que veda expressamente tal decisão na fase da pronúncia.

**QUESTÃO 69**

É regra, quanto à contagem de prazos, nos termos da lei processual penal, que todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo, excluindo-se o termo final.
- Ⓑ Os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados serão prorrogados por um dia útil.
- Ⓒ O prazo decadencial cujo termo final vença em dia em que não haja expediente forense deve ser prorrogado para o primeiro dia subsequente.
- Ⓓ Feita a intimação, conta-se o prazo a partir da juntada do mandado aos autos principais.

**QUESTÃO 70**

Com fundamento em inquérito policial, o representante do Ministério Público ofereceu denúncia contra determinada pessoa, classificando o fato delituoso como aquele previsto no *caput* do artigo 155 do CP. O juiz, em decisão interlocutória, entendendo que a peça inicial atendia aos requisitos formais previstos no artigo 41 do CPP, proferiu o seguinte despacho: **recebo a denúncia**. Em seguida, determinou a regular citação do réu, indicando data para o interrogatório e intimando o Ministério Público para o ato processual.

Com relação à decisão proferida nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabem embargos à decisão, visto que esta carece de fundamentação.
- Ⓑ Por ser decisão que extingue o processo sem julgamento do mérito, cabe apelação.
- Ⓒ Cabe recurso, em sentido estrito, contra essa decisão, nos termos do artigo 581 do CPP.
- Ⓓ A lei processual não prevê recurso na hipótese de decisão interlocutória que recebe a denúncia, salvo se tal decisão ferir direito fundamental do denunciado.

